



LOTÉRIAS
 ▶ MEGA-SENA, # 2975 ▶ 07, 10, 17, 35, 44, 46
 ▶ TIMEMANIA, # 2358 ▶ 15, 35, 53, 57, 70, 71, 74, BOTAFOGO
 ▶ LOTOFÁCIL, # 3618 ▶ 01, 03, 04, 05, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24

MISSÃO DE LICITAÇÃO
 FL N° 183
 Rubrica

ÚLTIMAS

FOTO DIVULGAÇÃO



Ministérios reagem a fala machista de zagueiro e caso pode parar na Justiça Desportiva

As declarações do zagueiro Gustavo Marques, do Red Bull Bragantino, contra a árbitra Daiane Muniz, após a eliminação para o São Paulo nas quartas de final do Campeonato Paulista, provocaram uma reação institucional rara e imediata no futebol brasileiro. Os Ministérios das Mulheres e do Esporte divulgaram nota conjunta repudiando "com veemência" a manifestação do atleta e prestando solidariedade à árbitra, que epitou a partida encerrada em 2 a 1. No centro do episódio está a frase em que o jogador sustentou que uma mulher não deveria conduzir um jogo "envolvendo grandes times", associando o resultado a suposto prejuízo causado pela arbitragem.

O posicionamento do governo buscou deslocar o debate do campo da discórdia esportiva, comum em decisões de arbitragem, para o terreno da discriminação. No texto, as pastas enfatizam que Muniz é uma árbitra credenciada em níveis estadual, nacional e internacional e que um homem na mesma função não seria desqualificado por ser homem. Para os ministérios, o problema central não é a existência de críticas a lances do jogo, mas o uso do gênero como argumento para contestar competência,

autoridade e legitimidade profissional.

A Federação Paulista de Futebol também entrou no caso com tom duro, afirmando ter recebido a entrevista do atleta com "profunda indignação e revolta". A entidade classificou a declaração como incompatível com valores do esporte e apontou o caráter machista e misógino da fala. A federação informou ainda que encaminhará as declarações à Justiça Desportiva, para avaliação de medidas cabíveis, o que abre a possibilidade de sanções ao atleta, além do debate público já instalado.

O Red Bull Bragantino, por sua vez, adotou postura de contenção de danos e reforçou pedido de desculpas "a todas as mulheres e, principalmente, à árbitra", afirmando que não compactua e repudia a fala do defensor. Segundo o clube, ainda no estádio o jogador e o diretor esportivo, Diego Cerri, procuraram o vestiário da arbitragem para pedir desculpas pessoalmente em nome da instituição e reconhecer o erro. Já Gustavo Marques publicou uma retratação nas redes sociais, dizendo que estava "de cabeça quente" e frustrado com o resultado, e reconhecendo que falou o que "não deveria nem podia".

Brasil e Índia firmam pacto para acelerar transformação digital e impulsionar e-commerce

Na prática, o acordo busca transformar a relação bilateral em uma agenda de execução, com troca de experiências em governança e transformação digital

O Brasil e a Índia deram um passo concreto para aproximar duas peças-chave da economia digital: logística e conectividade de serviços públicos. Em missão oficial em Nova Delhi, o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, assinou um memorando de entendimento para cooperação estratégica no setor postal, com foco em inovação, eficiência operacional e melhoria do atendimento ao cidadão. Na prática, o acordo busca transformar a relação bilateral em uma agenda de execução, com troca de experiências em governança, transformação digital e estímulo ao comércio eletrônico, área em que serviços postais seguem sendo infraestrutura crítica para a última milha e para a inclusão de pequenos negócios nos mercados online.

O memorando aproxima dois sistemas postais com capilaridade nacional e desafios semelhantes: ampliar qualidade e velocidade de entrega, integrar soluções digitais, ganhar produtividade e, ao mesmo tempo, preservar o papel público de universalização de serviços. No caso brasileiro, os Correios, vinculados ao Ministério das Comunicações, continuam sendo um instrumento de integração territorial e um elo de serviços para municípios onde o setor privado não alcança com a mesma presença. Na Índia, o setor postal também é visto como um braço de



O acordo abre caminho para intercâmbio de especialistas, capacitações técnicas e desenvolvimento de soluções conjuntas

logística de enorme alcance, com potencial para atuar como plataforma de serviços digitais e financeiros, especialmente em regiões menos atendidas pela banca tradicional e por redes privadas de entrega.

A ideia central do acordo é combinar "o que cada país faz melhor" para acelerar uma modernização que, no setor postal, se tornou indispensável do crescimento do comércio eletrônico. O memorando abre caminho para intercâmbio de especialistas, capacitações técnicas, desenvolvimento de soluções conjuntas e alinhamento de políticas regulatórias. O objetivo é criar um canal permanente de cooperação que permita testar modelos operacionais,

aprimorar padrões de qualidade e reduzir gargalos na prestação de serviços.

Para anunciar a assinatura, Frederico de Siqueira Filho procurou dar ao gesto um sentido econômico e administrativo, e não apenas diplomático. Segundo ele, a parceria funciona como uma "ponte de modernização" capaz de acelerar ganhos de eficiência, inovação e qualidade no atendimento. A leitura é que o setor postal, se bem equipado e digitalizado, pode reduzir custos de transação no varejo online, facilitar a formalização de empreendedores e aumentar a integração produtiva.

A assinatura ocorreu durante a missão oficial na Índia, na qual o ministro

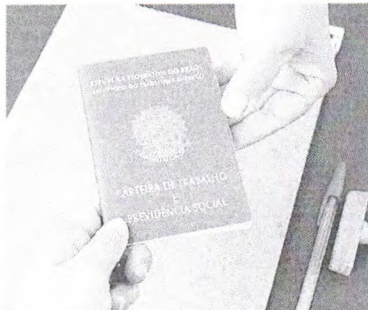
integra a delegação brasileira liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O movimento reforça a parceria estratégica entre os dois países, estabelecida em 2006, e amplia a cooperação em áreas econômicas, tecnológicas e energéticas. Também funciona como retribuição à presença do primeiro-ministro Narendra Modi no Brasil durante a Cúpula do BRICS, em julho de 2025, quando a pauta de integração econômica e de transição digital ganhou tração como resposta à reorganização das cadeias globais e ao avanço de políticas industriais em diferentes regiões do mundo.

MAIS CONTEÚDO ACESSAR
www.estadoce.com.br

CNC debate hoje jornada estudo sobre a redução da jornada de trabalho

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) coloca na pauta, nesta segunda-feira (23/02), a discussão sobre redução da jornada de trabalho e seus efeitos práticos sobre o ambiente de negócios. Das 15h às 17h, o debate "Jornada de trabalho e estabilidade do ambiente de negócios" reunirá especialistas para avaliar impactos potenciais sobre competitividade, geração de empregos, produtividade e, sobretudo, segurança jurídica, um ponto sensível em qualquer mudança trabalhista com efeitos diretos sobre custos, contratos e organização da produção.

O encontro servirá de palco para a apresentação de um estudo inédito produzido pela própria CNC. A entidade antecipa que o levantamento estima, entre outros efeitos, a possibilidade de aumento de até 13% nos preços praticados pelo comércio como forma de compen-



O encontro servirá de palco para a apresentação de um estudo inédito produzido pela própria CNC

sar os gastos decorrentes da adaptação às novas jornadas. O trabalho também calcula impactos de grande magnitude para as atividades que concentram mão de obra e dependem de escalas e horários estendidos, até R\$ 235 bilhões no setor de serviços e

até R\$ 122 bilhões no comércio, valores que, na leitura da confederação, dimensionam o tamanho do choque de custos caso a mudança seja implementada sem mecanismos de transição, ganhos de produtividade ou reengenharia operacional.

A discussão ocorre em um contexto em que a jornada e tratada simultaneamente como tema social e como variável econômica. Para as empresas, a equação passa por reorganização de turnos, contratação adicional, banco de horas, renegociação de contratos e custos indiretos, como treinamento e gestão de equipes. Para o consumidor, a principal preocupação apontada pela CNC é o repasse de custos, especialmente em segmentos de margens apertadas, nos quais o encarecimento do trabalho tende a pressionar preços finais.



Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CNAES), o ministro da Educação, Frederico de Siqueira Filho, assinou nesta segunda-feira (23/02) o Memorando de Entendimento (MEU) entre o Brasil e a Índia para a cooperação estratégica no setor postal. O documento prevê a troca de experiências em governança, transformação digital e estímulo ao comércio eletrônico, área em que serviços postais seguem sendo infraestrutura crítica para a última milha e para a inclusão de pequenos negócios nos mercados online. O acordo busca transformar a relação bilateral em uma agenda de execução, com troca de experiências em governança, transformação digital e estímulo ao comércio eletrônico, área em que serviços postais seguem sendo infraestrutura crítica para a última milha e para a inclusão de pequenos negócios nos mercados online. O acordo busca transformar a relação bilateral em uma agenda de execução, com troca de experiências em governança, transformação digital e estímulo ao comércio eletrônico, área em que serviços postais seguem sendo infraestrutura crítica para a última milha e para a inclusão de pequenos negócios nos mercados online.

O encontro servirá de palco para a apresentação de um estudo inédito produzido pela própria CNC. A entidade antecipa que o levantamento estima, entre outros efeitos, a possibilidade de aumento de até 13% nos preços praticados pelo comércio como forma de compensar os gastos decorrentes da adaptação às novas jornadas. O trabalho também calcula impactos de grande magnitude para as atividades que concentram mão de obra e dependem de escalas e horários estendidos, até R\$ 235 bilhões no setor de serviços e até R\$ 122 bilhões no comércio, valores que, na leitura da confederação, dimensionam o tamanho do choque de custos caso a mudança seja implementada sem mecanismos de transição, ganhos de produtividade ou reengenharia operacional.

A discussão ocorre em um contexto em que a jornada e tratada simultaneamente como tema social e como variável econômica. Para as empresas, a equação passa por reorganização de turnos, contratação adicional, banco de horas, renegociação de contratos e custos indiretos, como treinamento e gestão de equipes. Para o consumidor, a principal preocupação apontada pela CNC é o repasse de custos, especialmente em segmentos de margens apertadas, nos quais o encarecimento do trabalho tende a pressionar preços finais.

O encontro servirá de palco para a apresentação de um estudo inédito produzido pela própria CNC. A entidade antecipa que o levantamento estima, entre outros efeitos, a possibilidade de aumento de até 13% nos preços praticados pelo comércio como forma de compensar os gastos decorrentes da adaptação às novas jornadas. O trabalho também calcula impactos de grande magnitude para as atividades que concentram mão de obra e dependem de escalas e horários estendidos, até R\$ 235 bilhões no setor de serviços e até R\$ 122 bilhões no comércio, valores que, na leitura da confederação, dimensionam o tamanho do choque de custos caso a mudança seja implementada sem mecanismos de transição, ganhos de produtividade ou reengenharia operacional.